

Conselho Geral define data das eleições no Sind-UTE

E discute proposta de política remuneratória apresentada pelo governo do Estado

O Conselho Geral do Sind-UTE/MG reuniu-se, no último sábado, 05/08, para discutir a realização das eleições no Sindicato e para avaliar a Campanha Salarial Educacional-2006. Também constaram da agenda de debates as eleições gerais no País, em 1º de outubro.

Sobre as eleições no Sind-UTE, conforme prevê o capítulo VII do Estatuto da entidade, em seu artigo 61, elas devem ser convocadas pela Diretoria em exercício no prazo mínimo de 60 dias, antes do término do seu mandato, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado.

Diz ainda o Estatuto, no artigo 63, que a Diretoria deverá planejar as eleições de maneira que a posse da chapa a ser eleita aconteça até na segunda quinzena de dezembro do ano em que termina o mandato.

Assim, na reunião, o Conselho Geral

definiu pela realização das eleições de 27 de novembro a 1º de dezembro. Como já é de tradição no Sindicato, ao longo de sua história, todas as informações relativas ao processo serão repassadas com prévia antecedência aos(as) trabalhadores(as), através de seus meios de comunicação e demais publicações, a fim de garantir um pleito transparente, aberto e participativo.

Em breve, divulgaremos, com detalhes, os informes relativos às eleições, contendo prazo de inscrição, registro de chapas, condições de elegibilidade, comissão eleitoral, locais e horários de votação, quem está apto a votar, dentre outros.

Vale lembrar que as eleições irão escolher a diretoria estadual, diretoria das subseções e os membros do Conselho Geral, para um mandato de três anos.

Política Remuneratória

O Sind-UTE, em conjunto com o funcionalismo público estadual, representado pela Coordenação Intersindical dos Servidores Públicos de Minas Gerais, participou de reunião com a secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena.

No encontro, a secretária informou que a Seplag pretende enviar à Assembléia Legislativa, ainda neste mês de agosto, projeto de lei sobre a política remuneratória para o servidor público, a ser implementada a partir do ano que vem.

Segundo ela, a proposta é estabelecer a data-base em 1º de maio e a política remuneratória será baseada na arrecadação do ICMS. Renata Vilhena informou que a idéia é criar um Conselho Gestor, composto por representantes de associações ou sindicatos (com mais de três mil filiados), a quem caberia a tarefa de definir a forma de aplicação de recursos: se em reajuste salarial, em progressões, ascensão na carreira, etc.

O Sind-UTE manifestou-se contrário à proposta, por entender que o Governo transfere responsabilidades que são suas para o funcionalismo.



Além do mais, há interesses diferenciados entre as diversas categorias de servidores.

A Seplag ficou de convocar uma nova audiência com o conjunto do funcionalismo, para apresentar o conteúdo e os detalhes do projeto de lei. Antes, porém, a Intersindical volta a se reunir nesta terça-feira, 08/08, para aprofundar as discussões em torno do assunto.

O Sind-UTE, por sua vez, tão logo tome conhecimento do projeto de política remuneratória, irá debatê-lo nas diversas instâncias do Sindicato, a fim de definir qual o posicionamento a ser defendido pelos trabalhadores(as) em educação.

Nova Subsede

O Sind-UTE acaba de organizar uma nova subsede, a de Pouso Alegre, no Sul de Minas, cuja criação foi referendada pelo Conselho Geral, na reunião do último sábado. O Sindicato passa, agora, a contar com 77 subsedes, fortalecendo a unidade e a luta dos(as) trabalhadores(as) em educação pelo interior do Estado.

Eleições Gerais

O Brasil volta às urnas em 1º de outubro, para eleger presidente da República, vice-presidente, senador, deputados federais, governadores e deputados estaduais. O momento é especialmente importante, uma vez que, não sem razão, parcela considerável da população anda desiludida e desesperançada com as inúmeras denúncias de corrupção e de desvio ético de alguns políticos.

Entretanto, não há, em uma sociedade democrática, outro caminho que possibilite resgatar um projeto para o Brasil e para o Estado, que não seja pela via do campo político. Para um novo projeto de sociedade, a população precisa assumir bandeiras sociais, apropriar-se de seu destino e ser sujeito político de sua história.

Dessa forma, para ajudar no processo de educação e consciência política, o Sind-UTE está produzindo materiais específicos, a serem distribuídos entre a categoria e a comunidade escolar.

Um deles é um jornal, com informações diversas, como: a importância do voto, análise de

conjuntura, projetos em debate, propostas dos candidatos para a educação, entre outras.

O outro é uma cartilha com explicações sobre a Lei 9840, a chamada Lei da Captação do Sufrágio, de 29 de setembro de 1999. Esta lei é um marco na história do país, pois nasceu do primeiro projeto de iniciativa popular depois que mais de um milhão de assinaturas, coletadas em todo o País, foram apresentadas ao Congresso Nacional.

Ela introduziu novos artigos na Lei das Eleições, especialmente os que se referem à compra de votos e o uso eleitoral da máquina administrativa. E para fiscalizar o cumprimento desta Lei, nas últimas eleições têm sido criados os Comitês 9840, cuja principal função é receber denúncias e provas relacionadas à prática de infrações e crimes eleitorais, e encaminhá-las aos órgãos competentes.

Ao produzir estes materiais, o Sind-UTE pretende contribuir para uma participação ativa, consciente e cidadã dos(as) trabalhadores(as) no próximo pleito de outubro.

Seminário Formativo sobre Plano de Carreira

Como vem fazendo ao longo desses últimos meses, a direção do Sind-UTE realizou, no último dia 3 de agosto, um seminário formativo sobre Plano de Carreira, do qual participaram trabalhadores(as) em educação de Belo Horizonte e Região Metropolitana. O auditório do Sindicato dos Bancários, na capital mineira, onde ocorreu o seminário, ficou lotado.

Muitas foram as dúvidas sobre a opção pela carreira antiga, cujo prazo encerrou-se nessa segunda-feira, 07/08.

A direção do Sind-UTE já percorreu vários municípios, e continuará a fazê-lo, também com o objetivo de prestar esclarecimentos e tirar dúvidas sobre a nova carreira.

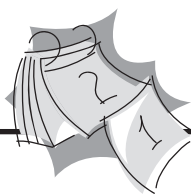
Deliberações

- Continuar com a política de “denúncia” do governo Aécio Neves;
- Produção e distribuição de lambe-lambe com o mesmo objetivo, para panfletagem junto aos alunos e comunidade escolar. Cada subsede poderá também criar formas alternativas para denunciar a falsa imagem de administrador competente do governador;

Moção de apoio

O Conselho Geral também aprovou a redação de uma MOÇÃO DE APOIO ao povo libanês e de REPÚDIO aos ataques israelenses. A Moção será publicada nos meios de comunicação do Sind-UTE e enviada à Embaixada de Israel.

Aprovou-se, ainda, uma moção pela retirada das forças internacionais do Haiti.



Calendário

26/08

9h: Conselho Geral. 15h: ASSEMBLÉIA ESTADUAL. Faculdade de Medicina da UFMG Av. Alfredo Balena, 190, próximo ao Pronto Socorro João XXIII.

02/09

Encontro de funcionários(as) de escolas (Serviços gerais e secretaria), em BH.

Moção de apoio aos povos árabes

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/MG), a exemplo dos demais movimentos sociais, sindicais e populares do Estado e do Brasil, integra o movimento que cresce em todo o mundo, de solidariedade aos povos árabes, sobretudo aos libaneses que enfrentam um momento tão duro. Esse apoio consiste na certeza que temos de que cada povo deve ser respeitado em sua integridade cultural e na soberania de seu território.

As ameaças e ações bélicas comandadas por Israel, com o apoio velado dos Estados Unidos e seus aliados, são uma afronta à liberdade e à soberania dos povos. Todos aqueles que respeitam o livre pensar e os direitos humanitários precisam se unir, num só coro, com o propósito de mostrar ao mundo os abusos cometidos pelos israelenses e seus aliados no Oriente Médio.

Assim, a fim de ver reinar a paz e a liberdade pilar da verdadeira democracia, o Sind-UTE vem se solidarizar com os habitantes das regiões desrespeitadas pela prepotência desses governantes. Nesse sentido, apoiamos qualquer ação que vise a combater o preconceito, a intolerância e a ingerência de um ou mais países sobre territórios alheios.

Consideramos, portanto, que é dever de toda nação intervir pelo fim do belicismo israelense e estadunidense no Oriente Médio e em quaisquer outras regiões do mundo. Os países são soberanos e seus territórios, bem como os povos que os habitam, não devem sofrer agressões externas.

Não existe nada que justifique o que os governos israelense e norte-americano têm feito. Essas ações, sim, são o verdadeiro terrorismo. A violência, a intolerância e prepotência das nações que apóiam as atitudes de Ehud Olmert e George Bush é que comprometem a concretização da efetiva paz mundial.

Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)